



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	23. JAN. 1975	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

Existem obstáculos graves aos fins socializantes dos novos programas

M.A.S. afirma-se nas conclusões da mesa-redonda sobre administração social

«Em muitos pontos, verificou-se que existem obstáculos graves de natureza tanto objectiva como subjectiva aos fins socializantes dos novos programas no campo da saúde, da segurança social e questões afins, e foi considerado urgente identificar quais destes obstáculos podem ser ultrapassados pelo reordenamento de objectivos nacionais, pela redistribuição de recursos, por reformas administrativas e organizacionais ou, naqueles casos onde haja uma resistência consciente por parte de grupos ou forças sociais identificáveis, por uma intervenção concreta no sentido de eliminar privilégios anti-sociais e interesses estabelecidos», — afirma-se nas conclusões da mesa-redonda sobre Administração Social, apresentadas ontem, ao fim da tarde, na sessão de encerramento.

Nesta mesa-redonda, promovida pela Divisão dos Assuntos Culturais da O.N.U., em Genebra, em colaboração com o Ministério dos Assuntos Sociais de Portugal, participaram quatro peritos vindos de outros países europeus, sete peritos portugueses e alguns observadores, o representante do secretário-geral das Nações Unidas e representantes da Orga-

É PRECISO TRANSFORMAR OS «SERVIDORES DO ESTADO» EM «SERVIDORES DO POVO» — disse a eng.ª Maria de Lourdes Pintassilgo

Como objectivo, propunha-se esta reunião examinar as orientações e os programas de acção do Ministério dos Assuntos Sociais, no contexto da situação socio-política, dos recursos e das necessidades presentes do País e também assistir o Ministério no que respeita à melhor maneira de atingir os seus fins e ultrapassar os muitos obstáculos que existem e que dificultam a implementação de uma política social global.

Durante os trabalhos, a mesa-redonda teve de encarar o dilema de como reconciliar a necessidade urgente de deliberações e acções práticas nos sectores da saúde, da segurança social e dos objectivos de desenvolvimento social global do Governo, com a grande carência de recursos humanos e materiais existentes, com a falta de vontade política e com a existência de tradições, interesses e hábitos radicados que se opõem aos objectivos sociais inovadores do Governo.

Os participantes concordaram que qualquer solução a propor tinha de ter em consideração a singularidade

e outros esforços para estimular a participação e influência da população.

Outros pontos da agenda foram a questão de cooperação interministerial tendo em vista a realização dos objectivos sociais nacionais e a necessidade de uma crescente descentralização das tomadas de decisão e execução dos programas sociais.

A necessidade de acções rápidas e eficientes a fim de eliminar as carencias e injustiças presentes nos sectores sociais e de saúde, e a atenção que requer «a melhor maneira» de as pôr em prática, foram também objecto de atenção na mesa-redonda.

Houve acordo em que uma realização plena dos objectivos sociais tais como estão definidos pelo Governo está dependente de um clima de estabilidade económica e política. Com este objectivo em mente que se podem obter grandes melhoramentos através de uma utilização mais justa e eficiente dos recursos disponíveis, pondo ao dispor dos mais necessitados, serviços e benefícios e iniciando o processo de redistribuição de recursos e oportunidades.

tos Sociais falou dos dois países em que vivemos: «Há um país real e um país legal. É preciso saber se estamos ao serviço do homem do país real ou se ao serviço de qualquer coisa que paira acima dos homens e que muitas vezes não toca a realidade que eles são. É preciso subordinar o país legal ao país real».

A sessão de encerramento desta mesa-redonda sobre Administração Social estiveram ainda presentes o secretário de Estado das Pescas, o subsecretário da Comunicação Social e representantes de outros ministérios.



A leitura das conclusões da mesa-redonda sobre Administração Social, feita pela dr.ª Maria Teresa Santa Clara Gomes, vendo-se ainda, da esquerda para a direita, o dr. Eyvind Hytten, o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lourdes Pintassilgo e o dr. Ferreira de Almeida

nização Mundial de Saúde e da Associação Internacional de Segurança Social.

da situação existente em Portugal e as potencialidades do País.

Na troca de impressões entre os participantes portugueses e estrangeiros ficou bem expresso que as dificuldades têm de ser enfrentadas com o desejo de avançar rapidamente com cuidado, ou seja, que é preciso tomar decisões rápidas no que toca às necessidades mais gritantes, servindo-se, de forma imaginativa, dos recursos limitados de que se dispõe, e ao mesmo tempo ser esquelético que são precisas reformas radicais e profundas a fim de atingir os objectivos finais da política social planeada. Estes objectivos só poderão ser atingidos numa perspectiva a longo prazo e vão requerer mudanças e reajustamentos da sociedade toda, assim como de estruturas produtivas, administrativas, educacionais e outras.

Herdaram uns ignorância, herdaram outros arrogância

Ficou assente que a democratização da vida pública e a participação das forças populares na definição e execução da política social constituem necessidades essenciais. Considerando esta questão, foi visto que era importante ter uma noção clara de história política e económica recente de Portugal, com a sua herança de ignorância, de resignação e passividade em certos sectores da população, com a tradição concomitante de paternalismo e arrogância por parte dos que detêm o poder nos processos de decisão e de administração.

O conteúdo e objectivos de qualquer programa social terão, pois, de ser condicionados por um processo contínuo de consultas, de informa-

Subordinar o «país legal» ao «país real»

Na sessão de encerramento, após a leitura das conclusões, feita pela dr.ª Maria Teresa Santa Clara Gomes, usaram da palavra o dr. Eyvind Hytten, chefe do Programa Europeu da Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, um representante da Organização Mundial de Saúde, Glyn Thomas, e Dominique Ceccaldi, do Ministério da Saúde da França.

A encerrar a sessão (que viria a dizer apenas «adiada» em termos de cooperação que apenas se iniciou), falou o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lourdes Pintassilgo:

«No processo revolucionário empreendido pelas Forças Armadas mas que não será completo enquanto o povo não for verdadeiramente o seu agente — disse —, a transição mais importante na Administração Pública é transformar-se a indicação de funcionários públicos como «servidores do Estado» em «servidores do Povo».

Um serviço público, a administração, não tem sentido senão na medida em que produz não apenas papéis, mas realmente serviços — continuou a eng.ª Maria de Lourdes Pintassilgo —. Qualquer reforma deve ser submetida a esta primeira obrigação de dar ao Povo aquilo de que ele necessita no prazo que ele tem o direito de exigir. Isto envolve uma nova definição profissional de todos os corpos sociais ligados à prestação de serviços públicos».

— A terminar o ministro dos Assun-